

O PUBLICAR DOS VELHOS PAPÉIS: Vicente de Lemos e a história norte-rio-grandense (1907-1908)

THE PUBLISHING OF OLD PAPERS: Vicente de Lemos and the history of north-rio-grandense (1907-1908)

Sarah Karolina Sucar Ferreira¹

RESUMO: Este artigo objetiva analisar as publicações da coluna “Papéis Velhos” e como essas contribuíram para a construção/reafirmação da história do Rio Grande do Norte. O nome do cronista da referida seção se apresentava ao final de quase todas as edições era Vicente de Lemos, uma das figuras mais conhecidas da historiografia norte-rio-grandense do início do século XX, em especial pela sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). No tocante à delimitação temporal, essa se justifica pelo surgimento e recorrência da coluna entre 1907 e 1908 sobre a história do estado, no qual as crônicas se fizeram presente em mais de 20 edições. Nas publicações posteriores a fevereiro de 1908 percebe-se uma mudança de temática da coluna, que continuou a ser publicada até 1911. Vale destacar, que as edições após 1907 foram acessadas posteriormente, quando se pode ter acesso a documentação do Arquivo Estadual. Para tanto, nesta pesquisa foi mobilizada como fonte principal “A República”, jornal que publicou a coluna, além das revistas do IHGRN, as quais foram utilizadas como fonte de cotejo. No que concerne a metodologia utilizada foram a análise quantitativa e qualitativa das publicações. Com isso, objetivou-se identificar os episódios e personagens históricos destacados por Lemos no jornal republicano, bem como os objetivos do autor em divulgar a história pátria para um público mais amplo no jornal oficial da época.

PALAVRAS CHAVE: Primeira República; Rio Grande do Norte; historiografia; Vicente de Lemos; “Papéis Velhos”.

ABSTRACT: This article aims to analyze the publications in the column "Papéis Velhos" and how they contributed to the construction/affirmation of the history of Rio Grande do Norte. The name of the columnist of the said section, which appeared at the end of almost every edition, was Vicente de Lemos, one of the most well-known figures in the historiography of Rio Grande do Norte from the early 20th century, especially for his work at the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Regarding the

¹ Graduada, mestra e doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGH-UFRN, bolsista Capes, email: sarabsucar22@gmail.com. O presente trabalho faz parte da minha dissertação de mestrado defendida no PPGH-UFRN em 2023 na condição de bolsista Capes, o qual adaptei e corriji para publicar em formato de artigo.

temporal delimitation, this is justified by the emergence and recurrence of the column between 1907 and 1908, which focused on the history of the state, with the chronicles appearing in more than 20 editions. In the publications after February 1908, a thematic shift in the column is noticeable, although it continued to be published until 1911. It is worth noting that the editions after 1907 were accessed later, when documents from the State Archive became available. For this research, the main source used was *A República*, the newspaper that published the column, in addition to the IHGRN journals, which were used as a reference source. Regarding the methodology used, both quantitative and qualitative analyses of the publications were conducted. Thus, the objective was to identify the historical events and figures highlighted by Lemos in the republican newspaper, as well as the author's aims in spreading national history to a broader audience through the official newspaper of the time.

KEYWORDS: First Republic; Rio Grande do Norte; historiography; Vicente de Lemos; “Papéis Velhos”.

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros raios de sol do século XX, da chamada Primeira República, no estado potiguar havia uma querela “territorial entre o Ceará e o Rio Grande do Norte” e que “teve início ainda no século XVIII e encerrou-se com parecer favorável ao Rio Grande do Norte [...] em 1920” (FERNANDES, 2016, p. 32; 20). Tal querela foi chamada de “Questão de Grossos”, e levou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1902, e um de seus sócios fundadores empenhado nessas duas questões, foi Vicente de Lemos (FERNANDES, 2016, p. 49). O cronista pernambucano Lemos (1850-1918), ocupou vários cargos, entre eles, o de desembargador, e foi correligionário do grupo no poder os Albuquerque Maranhão (COSTA, 2017, p. 456).

Tal relação seria importante, uma vez que, segundo Almir Bueno, no estado norte-riograndense “predominavam as relações de parentesco e amizade características dessa ‘sociedade de compadrio’”. O grupo familiar era os Albuquerque Maranhão, os quais teriam consolidado seu domínio em 1895, e continuariam até as primeiras décadas do século XX (2016, p. 13; 23).

Esse grupo teria se dedicado à produção de narrativas históricas como forma de tentar “legitimar o novo arranjo político”, sendo o IHGRN um dos meios utilizados (PEIXOTO, 2010, 169-170; 179). Assim, como o jornal “*A República*” (1889), fundado por um dos principais nomes desse grupo, Pedro Velho, para falar da “doutrina” defendida pelo partido que criou (CASCUDO, 2008, p. 43;47). Ademais, o periódico era “único veículo

de divulgação” que chegava de alguma maneira a maior parte da população (SOUSA, 2008, p. 237-238).

Foi justamente, na “A República”, que a secção *Papéis Velhos* assinada por Vicente Simões Pereira de Lemos se fez presente, em dezenas de números publicados de 1907 a 1911. Sendo o recorte inicial desta pesquisa, o ano de surgimento desta coluna, e o final 1908, uma vez que, percebe-se uma mudança do foco dos textos, os quais ganharam um caráter mais partidário, como também pela diminuição da frequência de publicações. De modo que, em 1908 foram identificadas até o momento 6 ocorrências da coluna, sendo que apenas a metade dessas ainda parecem manter o objetivo inicial definido em 1907.

Ademais, tais publicações possibilitaria uma narrativa da história contada pelo intelectual. A coluna parece se destacar em seus escritos, uma vez que, até mesmo em seu necrológio de 1919, escrito por Manoel Dantas, foi citada essa produção (RIHGRN, 1919, p. 333). Portanto, a análise dessa secção, se faz basilar para compreender a historiografia que era difundida nesse momento de construção da história pátria norte-rio-grandense, escrita por um dos sujeitos de destaque do IHGRN (COSTA, 2017), e um dos “primeiros pesquisadores” da “história local” (MARIZ, 2006, p. 59).

Portanto, este artigo busca entender como as publicações de *Papéis Velhos*, os quais eram compostos por transcrições de documentos e notas, ajudariam a fomentar a história do Rio Grande do Norte, ao contribuir para significar o passado.

Para tanto mobilizou-se o conceito do geógrafo Yi-Fu Tuan (2013) que, em linhas gerais, afirma que na medida em que um espaço é dotado de significado e sentido, passa a ser um lugar; entre os diversos tipos de lugares estaria a “pátria”. Tal transformação de espaço e lugar, torna-se mais inteligível quando compreende-se que essa pode ser de modo “direto” ou “indireto”, a experiência se dá por meio de “marcos de grande visibilidade e importância pública, como monumentos, templos, campos de batalha sagrados ou cemitérios” (TUAN, 2013, p. 191), como também “os livros de história ajudaram na transformação da nação-estado em lugar” (TUAN, 2013, p. 212).

Logo, ao concordar que a historiografia também contribui para essa construção, entende-se que as publicações de Vicente de Lemos no jornal, também buscavam ajudar na narrativa histórica que estava sendo gestada pelo grupo apoiado por ele (PEIXOTO, 2010, 169-170; 179). De modo, ajudava a gestar uma “cultura política”, aqui entendida, na concepção de Serge Berstein, como “normativa do passado”, “ritos”, “visão de

mundo”, por serem repetidas dentro de um grupo, passam a ser “portadoras de significação” (1998, p. 350-351). Compreende-se Lemos, como intelectual na perspectiva de Jean-François Sirinelli, para quem tanto “criadores ou ‘mediadores’ de saber, são considerados intelectuais (2003, p. 242). Vale frisar, que o “lugar social” de Vicente de Lemos, que inclui a articulação tanto “sócio-econômico, político e cultural”, como os “interesses” dele próprio, isto é, do sujeito estava ligado ao grupo no poder. Em face disso, suas produções intelectuais também se organizam nesse sentido (CERTEAU, 1982, p. 66-67; p. 70-71).

A vista disso, os papéis velhos que parecem esmorecidos podem guardar, em suas entrelinhas, muitos interesses, de modo que o velho papel de narrar os feitos do passado pode ter sido construído com o objetivo de causar “um efeito” em seu público, de tocá-lo de algum modo (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 210-211). Para Vicente de Lemos, a narração da “história dos grandes homens” poderia ajudar no desenvolvimento do sentimento pátrio potiguar. Ou seja, poderia dotar de valor o estado norte-rio-grandense, transformando em lugar, por meio da afeição a essa nação (TUAN, 2013). Tal afeição não foi somente incentivada por Lemos, mas foi também estimulada pelo grupo a que ele pertencia, por meio da história, dos festejos e dos monumentos que remetessem à narrativa contada (TUAN, 2013; COSTA, 2017).

Levando em conta tal complexidade, pretende-se aqui entender como o intelectual ajudou a essa construção da história estadual por meio da sua publicação da coluna iniciada em 1907. Tendo isso em vista, pretende-se responder às seguintes questões: Quais foram os documentos mobilizados? Que personagens e eventos se fizeram presentes? Por meio da narrativa é possível identificar os interesses do intelectual ao publicar a coluna?

2 O ESCREVER E O VIVENCIAR

De acordo com Sérgio Miceli, “na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais” (2001, p. 79). Logo, era possível perceber a recorrência de sujeitos em diversos espaços (SILVA, 2014).

Assim, fazer parte do IHGRN seria um meio de ter “visibilidade”, pois eram vistos como “homens de letras” (FERNANDES, 2016, p. 95). Para além do arquivo e acervo, o

IHGRN realizava a “organização de eventos cívicos” e o “culto aos heróis” (MENEZES, 1996, p. 43-50; COSTA, 2017, p. 286-289). Segundo Helder Viana, tais festejos estariam ligados a “algo vinculado ao desenvolvimento da cidadania cívica” e ao “sentido da identidade natalense” (2019, p. 10). As publicações de Lemos estavam inseridas nesse contexto de construção de uma história estadual (PEIXOTO, 2010).

Ademais, os jornais também aparecem como uma das fontes desses discursos sobre identidades, como Muirakytan Macedo, que mobilizou dentre as suas fontes as publicações de “artigo de Manoel Dantas escritos para jornal o *O Povo* (1889)”, para entender sobre os discursos da criação do Seridó (2012, p. 20; 24). Anos depois, em 1907, quando Lemos publicou na “A Republica”, nesse mesmo jornal, Dantas escrevia uma coluna chamada de “Coisas da Terra” (OLIVEIRA, 2021, p. 30).

As temáticas abordadas da secção de Manoel Dantas, eram diversas, segundo o estudo de Gabriel Oliveira, como: “Cidade”, “progresso”, “oligarquia”, “defesa [...] de uma ‘pátria autônoma’” (2021, p. 39-49). Sobre a escrita de Dantas, Oliveira afirma que o intelectual estava preocupado em legitimar a República, o progresso e que também criou, por meio de seus escritos, uma “projeção de futuro para Natal”, e sobre o presente e o passado dessa cidade (2021, p. 22-26). Portanto, não era somente Vicente de Lemos que estava ajudando a construir uma leitura política republicana, haja vista a participação de outros intelectuais nessa empreitada. Então, as ligações desses intelectuais e as “demandas políticas” dos donos do jornal oligárquico, teriam sido recorrentes no período estudado (LUCA, 2014, p. 124).

Em vista disso, busca-se entender qual era a narrativa de Lemos no periódico e como poderia contribuir para dotar de sentido o estado potiguar (TUAN, 2013). Para tanto, o presente tópico foi dividido em duas partes: a primeira se debruça sobre a estrutura da coluna, o conteúdo recorrente, e a narrativa construída; e a segunda reflete a forma como os personagens históricos foram sendo caracterizados ao longo das notas.

2.1 O TRANSCREVER E NARRAR

No dia 11 de julho de 1907, estampada na primeira página do jornal *A Republica*, via-se surgir uma nova coluna, intitulada *Papéis Velhos*, que se fez presente em pelo menos 23 (vinte e três) números no referido ano. E em 1908 tratou da mesma temática por 3

números até 03 de fevereiro daquele ano. Nesse ínterim, a estrutura da referida coluna geralmente não oscilava, sendo 21 (vinte e uma) publicações compostas pela transcrição de documentos, e 12 (doze) com notas explicativas, com exceção das 3 (três) erratas e da primeira publicação.

Se o velho papel carcomido não era buscado por acaso, o ato de ler e transcrever também era permeado de interesses (CERTEAU, 1982, p. 81). Assim, no primeiro número da coluna escrita por Vicente de Lemos, foram apresentados os motivos da publicação, por meio da carta dedicada provavelmente a Manuel Dantas, uma vez que, ele era redator do periódico (SILVA, 2014, p. 23). Logo, nas primeiras linhas, o cronista ressaltou que a coluna teria sido um pedido de Dantas para publicar documentos, que Lemos descreveu como “curiosos e interessantes para história do Rio Grande do Norte”. As fontes selecionadas para ganhar espaço nas folhas da gazeta não eram apenas “interessantes”, mas, segundo o cronista, seriam uma espécie de “descrição geral do Estado ao tempo de Capitania, com sua riqueza e indústria definidas pelas repetidas secas, sobretudo agora que o patriótico governo federal age no sentido de relegal-as por meio de obras d’arte”(LEMOS, 1907, n. 142, p. 1).

Tal objetivo expresso na coluna apontava para um saber ou mesmo para o conhecer de uma continuidade histórica. O fenômeno climático da seca, não ganhou destaque na seção por acaso, Lemos participou das comissões de secas (RIHGRN, 1919, p. 327). Por conseguinte, ao tratar dessa questão e citar que o governo estava fazendo “obras”, ele também estaria tentando legitimar a ação governamental. Vale frisar, que realmente haviam ocorrido secas contínuas nos anos anteriores, as chamadas “das grandes secas de 1877-79 e 1889-90” (BUENO, 2016, p. 38).

Além disso, o conjunto de publicações tinha como um dos objetivos a “descrição geral do Estado ao tempo de Capitania”, ou seja, contar a história das terras potiguares. Se as fontes selecionadas serviriam como descrição, é necessário perscrutar quais eram elas, em que ordem foram publicadas e quais elementos destacavam. Para melhor entender a lógica de publicação da documentação, elaborei o quadro abaixo.

QUADRO 1: Documentos publicados na coluna *Papéis Velhos* (1907-1908)

Ordem de publicação	Nome e referência do documento	Data de publicação:
01	Doc. 1799- <i>Registro de uma Carta para S. Magestade Fidelissima que Deus Guarde.</i> Referência: <i>Livro de Cartas Provisões do Senado da Camara de Natal de 1789 a 1800, pag. 187 v.</i>	12 jul. 1907.
02	Doc.1808 <i>Registro de um ofício que a Camara dirige a S. Alteza Real.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal de 1807 por deante a pag. 71 v.</i>	23 e 25 jul. 1907.
03	Doc. <i>Ofício feito a Sua Alteza Real- 1815.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal de 1807 por diante. pag. [106].</i>	06 ago. 1907.
04	Doc. 1795 Referência: <i>Livro de Memoria e Factos de Memorias e Factos dignos da História de 1795 por diante pag. 2.</i>	14 ago. 1907.
05	Doc. <i>Casos dignos da Memoria de 1796.</i> Referência: <i>Livro de Memoria e Factos de Memorias e Factos dignos da História de 1795 por diante- pag. 3</i>	14 ago. 1907.
06	Doc. 1664 Referência: <i>Livro 1º de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1660 a 1668 pa. 41 v.</i>	21 ago. 1907.
07	Doc. 1684- <i>Registro de uma Carta quê escreveu o Capitão Mór Manoel Muniz a Sua Magestade</i> Referência: <i>Livro 2º do Registro de Provisões do Senado da Camara do Natal de 1673 á 169[2], pag. 93.</i>	30 ago. 1907.
08	Doc. 1689 - <i>Carta que os oficiais da Camara escreveram a S. Magestade enviada pelo capitão Gonçalo da Costa Faleiro</i> Referência: <i>Livro 2. do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal 1673 a 1690, p. 1[2]9.</i>	17, 19 e 20 set. 1907.
09	Doc. <i>Traslado da Carta que escreveram os oficiais da Camara a S. Magestade em 22 de Agosto de 1692.</i> Referência: <i>Do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1691 a 1702. pag. 29.</i>	01 out. 1907.
10	Doc. 1694- <i>Registro de uma carta que escreveu os oficiais da câmara a S. Magestade</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara de 1671-1702, pag.48.</i>	11 out. 1907.
11	Doc. <i>Traslado da carta que mandou o capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade ao Senado da Camara.</i> Referência: <i>Livro de Registro de cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1691 a 1702. pag. 54 v.</i>	25 out. 1907.
12	Doc. <i>Patente de capitão-mor das entradas do sertão em que foi procido o capitão de cavalos, Affonso Maranhão, pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Mello.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1691- 1702, pag. 65, v.</i> Observação: O documento 12 aparece como continuidade do 11. Porém, pelos títulos, percebe-se que são dois documentos diferentes. A continuidade provavelmente se deu pelo assunto ou mesmo por os documentos estarem no livro consultado por Lemos como anexos de um mesmo processo.	26 out. 1907.
13	Doc. <i>Registro de uma carta que escreveram os oficiais da Camara ao sr. Capitão-mór Agostinho Cezar de Andrade</i>	07 nov. 1907

	Referência: <i>Livro de Registros de cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal de 1691 a 1702, pag. 56.</i>	
14	Doc. <i>Traslado de resposta á carta acima que mandou o capitão Agostinho Cezar de Andrade</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1691-1702, pag. 56 v.</i> Observação: O documento 14 aparece como continuidade do 13, porém por terem títulos diferentes e serem uma troca de cartas considerou-se ser dois documentos, ao invés de um. Provavelmente, o cronista considerou como sendo apenas um documento por ser a resposta da carta.	08 nov. 1907
15	Doc. <i>1696- Bando que mandaram botar nesta praça o Capitão-mor Bernardo Vieira de Mello e Doutor Christovam Soares Reymão Ouvidor Geral desta Comarca.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal, de 1691-1702, pag. 67.</i>	20 nov. 1907.
16	Doc. <i>Registro de uma carta que se escreveu a S. Majestade em Camara em [?] de abril de 1696.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal de 1691- 1702, pag. 74.</i> Observação: O documento 16 aparece como continuidade do 15. Ao que parece, são dois documentos que versam sobre o mesmo assunto. Possivelmente por esse motivo, foram colocados como continuidade um do outro.	21 nov. 1907
17	Doc. <i>1696- Registro de uma patente do posto de cabo do presidio do Assú, passada ao capitão Theodosio da Rocha, provido pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Mello.</i> Referência: <i>Livro de Registro de Cartas e Provisões do senado da Camara do Natal- 1691-1702, pag. 80.</i>	06 dez. 1907.
18	Doc. <i>Cópia de documentos existentes no Archivo Publico Nacional sobre a revolução de 1817, no Rio Grande do Norte, em que [se mencionam o nome] dos condenados e perdoados pelos membros da Alçada</i>	23, 24 jan. 1908.
19	Doc. <i>1817 Relação dos réus de inconfidência e alta traição da Capitania do Rio Grande do Norte, de que se remette agora os autos de sequestro por officio do capitão-mor e governador da Capitania, datado de 20 de novembro de 1817, ao general governador de Pernambuco.</i> Referência: <i>Livro de Correspondencia do anno de 1808 a 1817, existente na Secretaria do Governo de Pernambuco.</i>	03 fev. 1908.
20	Doc. <i>Registro da relação que se remetteu ao desembargador da comarca, André Alvares Pereira Ribeiro e Cisne, dos papeis achados aos inconfidentes abaixo declarados</i> Referência: <i>Do Livro de Registro das Provisões, que vieram da real Fazenda para a Provedoria do Rio Grande do Norte pag 194</i>	03 fev. 1908

Fonte: Quadro produzido pela autora com base nas publicações do jornal *A República* de 1907-1908 (LEMOS, 1907-1908).

Por meio da observação desse quadro, fica evidente que quase todas as fontes transcritas na coluna foram extraídas dos *Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal*, de meados de 1600 até os anos iniciais de 1800. Dessa forma, os documentos “relevantes” para a história colonial do Rio Grande do Norte eram os produzidos na capitania ou para ela endereçados, que tinham em comum o caráter oficial. Essa característica de fonte e de temporalidade se fazia presente no IHGRN, pela busca de um “passado distante” (COSTA, 2017, p. 19) Ademais, do total de 20 (vinte) documentos publicados, quase a metade, mais precisamente 8 (oito), foi dedicada a “Sua Majestade” ou a “Sua Alteza”.

A escolha de documentos que tiveram esses sujeitos como destinatários pode ser um indício de que o cronista quis mostrar a ligação da capitania com a metrópole e não somente como uma subordinada distante, mesmo que tais cartas fossem majoritariamente destinadas a pedir ajuda. Além disso, a partir do quadro, pode-se perceber como as fontes publicadas por Vicente de Lemos não obedeciam a uma ordem cronológica, mas sim à lógica da narrativa criada. Esse fio condutor passará agora a ser descortinado. Para isto, serão revolvidas as suas publicações.

Ao ler os três primeiros documentos publicados em *Papéis Velhos, Registro de uma Carta para S. Magestade Fidelissima* (1799), *Registro de um ofício que a Camara dirige a S. Alteza Real* (1808) e *Ofício feito a Sua Alteza Real* (1815), percebe-se que todos foram produzidos pelos camarários do Senado da Câmara de Natal e versavam sobre dois temas em comum: a indústria e a independência do Rio Grande. O primeiro iniciou com a descrição geral da localização da “cabeça” da Capitania. Em seguida, apresentou a situação das indústrias e da exportação da produção dos gêneros e das matérias, enfatizando a conjuntura do período e como a capitania seria mais produtiva se fosse independente. Assim, exaltava determinada cultura e elencava o problema relacionado a ela. Por exemplo, o açúcar produzido era de boa qualidade, porém o escoamento dele para Pernambuco era difícil. Já o algodão, mesmo sendo “excelente”, não recebia incentivo para sua produção.

Ademais, outros produtos e atividades também foram descritos como capazes de ser melhor aproveitados para o aumento da prosperidade da capitania, como o pau-brasil, a farinha de mandioca, o arroz, o milho, o sal e a pecuária. Outros argumentos utilizados

na carta de 1799 para a independência da capitania referiam-se à distância em relação a Pernambuco e aos perigos do caminho.

Ao final da carta, possivelmente como forma de embasar o pedido de autonomia, outras capitanias do Norte que possuíam o *status* de independentes foram citadas (LEMOS, 1907, n. 143, p. 1). Portanto, a primeira fonte publicada pelo cronista mostrava a busca pela independência do Rio Grande frente a Pernambuco, como também exaltava a economia das terras rio-grandenses. Provavelmente, a publicação dessa carta estaria ligada tanto ao objetivo da coluna em exaltar as qualidades das “indústrias” do Rio Grande do Norte ao longo de sua história, como à busca da independência da capitania ainda no final do século XVIII. O que estava em consonância com o instituto que ajudou a fundar, uma vez que, a história desse período era um dos focos da instituição (COSTA, 2017, p. 236-237).

No segundo documento, o ofício de 1808 versava sobre a cidade do Natal e o Forte dos Reis Magos, bem como sobre os portos e a navegação no Rio Grande, como pontos de apoio para embarcações de outras regiões da colônia, destacando sua posição geográfica e a abundância de peixe e sal. Após demonstrar o lado positivo da capitania e de sua indústria, mais uma vez, foram apresentados os malefícios às suas atividades, devido à sua subordinação a outras capitanias, vista como uma das principais causas do “atraso” em seu desenvolvimento. Sobre isso, alguns motivos foram apresentados, como os impostos, a distância da ouvidoria, o custo de deslocamento até as capitanias pernambucana e paraibana, e a falta de proveito dos bens da capitania do Rio Grande, que poderiam ajudar na sua prosperidade.

A resolução dessa situação, pelo menos em parte, novamente, seria a independência da capitania (LEMOS, 1907, n. 152 e 154, p. 2). Se as duas primeiras fontes transcritas em *Papéis Velhos* chamavam atenção para a economia, a geografia, e a necessidade da independência do Rio Grande para seu desenvolvimento, a terceira publicação, o ofício de 1815, reafirmava tais pontos. Além disso, a terceira chamavam a atenção para a “infelicidade” dos moradores que sofriam com a “opressão” da capitania pernambucana e com a falta de justiça por parte da Ouvidoria da Paraíba (LEMOS, 1907, n. 163, p. 2). Ao final desse terceiro documento, Lemos escreveu a primeira nota explicativa da coluna, que se referia principalmente à busca da independência do Rio Grande e descortinava o motivo das publicações. Segundo o cronista, a carta de 1799 e os ofícios de 1808 e 1815

constituíam-se em súplicas feitas pelo Senado da Câmara de Natal a D. Maria I e a D. João VI.

No correr do primeiro parágrafo da nota, o autor de *Papéis Velhos* narrou os acontecimentos posteriores a 1815, afirmando que, em 1818, a capitania foi elevada à comarca, e em “3 de fevereiro de 1820 teve o lugar de *direito e a desejada independência*”. Assim, nas primeiras linhas da nota, compreende-se que o objetivo dos três documentos publicados era demonstrar a historicidade do processo de independência da capitania do Rio Grande, desde o final do século XVIII, quando é datada a primeira fonte transcrita na coluna (LEMOS, 1907, n. 163, p. 2).

Porém, no decorrer da nota, o cronista passou a adentrar num ponto não tratado nas cartas: a conquista da independência da capitania. Para isso, traz à tona o emergir em Recife do que chamou de *movimento revolucionário* de 1817, que levou ao governador do Rio Grande, José Inácio Borges emitir um documento anunciando o desligamento dessa capitania à de Pernambuco. Depois de serem invadidas as terras potiguares, Borges teria sido preso pelos revolucionários norte-rio-grandenses que aderiram à sedição, dentre eles, André de Albuquerque Maranhão. Maranhão teria ido para Natal “com os patriotas”. Segundo Lemos, eles não encontraram resistência, porém a revolução teve uma contrarrevolução e findou pouco tempo depois com a morte de Maranhão. No mesmo ano, ao retornar ao poder, Borges teria procurado manter a independência da capitania proclamada no início do movimento. Então para Lemos, os eventos de 1817, podia ser considerado um dos elementos que dava direito à independência reconhecida em 1820, mas que já tinha de fato ocorrido três anos antes (LEMOS, 1907, n. 163, p. 2).

Nessa nota, dois nomes aparecem com mais destaques, o de Inácio Borges e o de André de Albuquerque Maranhão. Eles foram caracterizados como “os grandes homens” que ajudavam a gestar a narrativa, a história pátria, dentro da concepção historiográfica do cronista. A figura de José Inácio Borges foi exaltada, ao longo da nota como “homem de talento, dotado de grande energia”. A trajetória dele pós-independência também foi enaltecida por Lemos, ao afirmar que Borges foi ministro e, posteriormente, senador de Pernambuco. Bruno Costa também diz que o personagem histórico Borges, foi exaltado “como herói” por essa geração de historiadores, que viam 1817 como um marco importante (COSTA, 2017, p. 60-61). Vale frisar, que esse marco também era reconhecido em outros estados, como Pernambuco (SCHWARCZ, 1993, p. 120-124).

Portanto, nesse primeiro momento, Lemos ajudou a historicizar e a divulgar a busca da independência do povo potiguar frente a outras capitanias, mesmo não afirmando diretamente a diferença dos potiguares em relação aos povos das outras localidades. Mesmo que o intelectual não tenha cortado partes das cartas, nem mesmo resumido ele também contribuía para ver esse passado como história e dotar de sentido a documentação. De acordo com Michel de Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81).

Tendo isso em vista, Vicente de Lemos ao transcrever e publicar os documentos, para além das notas, ajudava a dar visibilidade aos velhos papéis, além de significá-los como documentos e utilizando-os de acordo com seu interesse, ao organizar uma ordem de publicação dessas fontes. O local que escolheu para publicar o jornal e não a revista do IHGRN pode ser um indício de que ele pretendia que a leitura desse passado fosse para um público mais amplo e não somente para aqueles que se debruçavam na história. Ademais, tornar público documentos que relatavam a busca da independência da capitania também era uma forma de mostrar que essa já tinha uma unidade. Ao publicar fontes relacionadas à indústria e à capacidade de prosperidade do Rio Grande no pós-seca, também estava relacionando ao chão do qual escrevia. Na narrativa da nota explicativa, o cronista tentava dar uma unidade e uma significação aos documentos publicados, dando a conhecer pela historicização da independência, buscando incentivar a afeição à pátria.

Se nesse primeiro momento as fontes discorriam sobre a independência, os documentos *Casos dignos da Memória de 1795*, *Casos dignos da Memória de 1796* e *[Requerimento] de 1664* tratavam da seca, da fundação da cidade de Natal e da invasão holandesa. No que se refere à fonte de 1795, ela tocava em questões como a fundação de Fortaleza, a queima de documentos no período holandês, e a “reedificação da Igreja Matriz”. Sobre esses assuntos, o cronista elaborou quatro notas. A primeira abordou a fundação da capital da capitania no ano de 1599, sendo “as pazes com os indígenas” atribuídas a Jerônimo de Albuquerque. O cronista, nessa nota, citou o local preciso da

gênese da cidade de Natal, e afirmando ser na atual “praça de André de Albuquerque”. Possivelmente, a informação foi apresentada para situar espacialmente o leitor. Vicente de Lemos não somente deu um significado à praça, um lugar de origem à cidade, como também colocou lado a lado o nome de dois antecedentes do grupo que ele apoiava: Jerônimo e André, um fundador da cidade e o outro um dos participantes da revolução de 1817, em busca da independência.

No que se refere à segunda nota, o episódio histórico destacado foi a invasão holandesa no ano de 1633, na capitania do Rio Grande, principalmente a chegada da esquadra em Ponta Negra. Mais uma vez, possibilitou ao leitor um ponto de referência espacial acerca do acontecimento. Assim, a narrativa ia dando contorno à própria espacialidade da cidade, e dotando de valor os locais, fossem de fundação ou de luta. Em relação à interpretação do domínio holandês no olhar do cronista de *Papéis Velhos* (LEMOS, 1907, n. 170, p. 2-3; n. 175, p. 2), trata-se de um período “prejudicial [a] colonização e ao desenvolvimento da Capitania” (LEMOS, 1907, n. 175, p. 2), parecendo apontar a invasão como uma das causas da demora do Rio Grande em se emancipar.

Outro ponto relacionado ao período holandês que mereceu destaque na coluna de 1907 foi o “ataque à igreja matriz”, caracterizado pelo desembargador como “vandalismo” (LEMOS, 1907, n. 170, p. 2-3). Ao tratar dessa edificação, Lemos fez um breve resumo de sua historicidade, informando que a fundação da matriz ocorreu no ano de 1619; o “ataque” a ela teria ocorrido no período holandês; em 1672, por iniciativa do Senado da Câmara e da população, a “edificação da Igreja” foi concluída em 1694; e, por fim, os “melhoramentos” de 1786.

A última data citada pela fonte transcrita como “reedificação”, mas, segundo o cronista, ela estaria se referindo a reformas, não havendo demorado tanto para a reconstrução da matriz. Outro edifício que teve destaque na nota foi a Fortaleza dos Reis, em 1598. Foram citados os nomes dos principais responsáveis pela obra: o arquiteto Pe. Gaspar de Samperes, o governador de Pernambuco, Manuel Mascarellhas Homem, o engenheiro Pe. Diogo Nunes de Lemos, Jerônimo de Albuquerque, dentre outros. Ao narrar brevemente a fundação de Fortaleza, ele também destacou os malefícios da presença francesa na colônia (LEMOS, 1907, n. 170, p. 2-3). Interessante notar que o intelectual ressaltou as duas edificações, símbolos do domínio colonial na capitania, mas que aparecem quase como símbolos de resistência aos “invasores holandeses”. Com a

publicação dos documentos e das notas acerca do período holandês, Vicente de Lemos dá significado ao estado, por meio da história. E novamente, reforçava um discurso compartilhado pelos historiadores da época (COSTA, 2017).

Portanto, ao longo das folhas do jornal *A Republica*, o cronista ia difundindo sua narrativa, dando visibilidade às localidades que teriam marcado a história (TUAN, 2013). Mais ainda: ele ia tentando incentivar a afeição à pátria norte-rio-grandense. Vale lembrar que, nos anos finais do século XIX e no início do XX, compreendia-se a existência de identidades pátrias em duas esferas: a nacional, a grande, e a vinculada a uma região ou estado, a pequena, podendo ser concorrentes ou não (LAZZARRI, 2004, p. 13). Era justamente sobre a pequena pátria potiguar que Vicente de Lemos assentava sua narrativa histórica, numa concepção de nação que se pretendia bem particular.

Como Benedict Anderson afirmou, a nação não pretende abranger a totalidade das pessoas (ANDERSON, 2008, p. 33-34). Dessa maneira, os “inimigos” ou não do povo do Rio Grande, apresentados por meio dos documentos e das notas escritas por Lemos, eram os franceses, os holandeses, e de certa forma a capitania de Pernambuco, nos momentos em que se buscava a independência.

Dessa forma, pelos documentos revolvidos até o momento, pode-se perceber que os temas abordados foram a fundação da capitania, o período holandês e a independência do Rio Grande. Mas, do que se trataram as demais publicações da coluna?

Os outros onze documentos foram (*Cartas de 1684, 1689, 1692, 1694, 1696; Translado da carta que mandou o capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade ao Senado da Camara; Patente de capitão-mor das entradas do sertão em que foi procido o capitão de cavalos, Affonso Maranhão, pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Mello; Registro de uma carta que escreveram os oficiais da Camara ao sr. Capitão-mór Agostinho Cezar de Andrade; Traslado de resposta á carta acima que mandou o capitão Agostinho Cezar de Andrade; 1696- Bando que mandaram botar nesta praça o Capitão-mor Bernardo Vieira de Mello e Doutor Christovam Soares Reymão Ouvidor Geral desta Comarca; 1696- Registro de uma patente do posto de cabo do presidio do Assú, passada ao capitão Theodosio da Rocha, provido pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Mello*). Esses se debruçaram sobre a chamada “Guerra dos Bárbaros”, ou, como por vezes Vicente de Lemos denominou, a “rebelião dos índios”. Pela quantidade de fontes transcritas na coluna, verifica-se que esse tema era considerado de demasiada importância pelo cronista, inclusive colocando numa

das notas uma possível justificativa para a ênfase no acontecimento: “os nossos historiadores, tratando desse importante acontecimento, fizeram de modo geral, pelo menos os que tenho compulsado” (LEMOS, 1907, n. 199, p. 2) .

Nessa nota Lemos citou apenas a obra *História Geral do Brasil*, de Visconde de Porto Seguro, que teria dedicado poucas linhas para a “rebelião” na capitania do Rio Grande. Ele argumenta que: “estou persuadido de que o nosso Instituto fará oportunamente [historia] mais completa desse notavel acontecimento de nossa colonização” (LEMOS, 1907, n. 199, p. 2). Ou seja, a publicação da documentação objetivava descortinar um “acontecimento” ainda não muito estudado na época, a chamada “Guerra dos Bárbaros” na capitania rio-grandense.

Interessante essa afirmação do desembargador, pois apresenta uma das utilidades do Instituto Histórico para os leitores do periódico. E, nesse sentido, ele também se colocava como agente responsável por ajudar a escrever a história do Rio Grande do Norte, uma vez que ele também era integrante da *Casa da memória* potiguar (COSTA, 2017).

Nos documentos sobre a “rebelião dos índios”, é possível identificar alguns elementos comuns, a saber: a situação de calamidade da capitania; a falta de socorro efetivo por parte da metrópole; a assistência não totalmente efetivada pela capitania de Pernambuco; os assaltos e destruição causados pela guerra; os povos indígenas vistos como “inimigos”; a busca por provimento por parte da Câmara do Senado de Natal; e a “resistência” dos colonos que queriam “adentrar os sertões”. Ademais, na narrativa das notas do intelectual, a guerra era, na verdade, uma rebelião dos “índios”, que durou de 1687 a 1697, nas ribeiras de Assú e Apodi, e custado “muitas vidas”. Essas perdas, provavelmente, referiam-se aos colonos (LEMOS, 1907, n. 199, p. 2).

A partir das fontes, o cronista passou a discorrer sobre o processo de colonização, onde a imagem dos povos originários somente foi exaltada para destacar a vitória dos colonos. Um dos documentos publicados na coluna de 1907 foi a patente de capitão-mor das entradas, dada a Afonso de Albuquerque Maranhão, em 1696. Em nota, Lemos declarou: “na lucta dos índios em rebelião contra os moradores da Capitania [...] o famoso Cacique Canindé, Rei de sua belicosa nação e mais nove dos seus principais foram aprisionados pelo capitão Affonso” (LEMOS, 1907, n. 229, p. 2).

Todavia, nas notas de Vicente de Lemos, nem sempre a estrutura colonial era vista como positiva. Isso dependia de como ela se relacionava com o personagem principal de

Papéis Velhos, o colono do Rio Grande. Na publicação de 01 de outubro, logo em seguida da transcrição do *Traslado da Carta que escreveram os oficiais da Camara a S. Magestade em 22 de Agosto de 1692*, o letrado explicou, em nota, que os pedidos de ajuda para a fundação de quatro arraiais feito à metrópole, enquanto tal mercê não era atendida, fazia com que a defesa e a manutenção da capitania recaíssem sobre os recursos dos moradores.

Se os socorros não eram concedidos suficientemente pela Coroa, também eram vistos de “pouca importância os socorros vindo de Pernambuco impropeua a estada do terço dos Paulistas”(LEMOS, 1907, n. 217, p. 3). Ou seja, a capitania ia “resistindo” à “sublevação dos índios”, mais pela ação dos “moradores” do que pela ajuda externa. A forma de narrar esses acontecimentos também era uma maneira de incentivar o “sentimento de identidade” (TUAN, 2013, p. 191), no colono do Rio Grande. Assim sendo, Lemos foi construindo pelas notas a imagem do colono que lutava pela capitania, mesmo sem o apoio devido (LEMOS, 1907, n. 208, p. 2). Se a história para o cronista era marcada pelo progresso, tal progresso poderia ser “retardado” dependendo da situação e do incentivo. Assim, para Lemos, o Rio Grande do Norte teve seu desenvolvimento afetado pela falta de apoio e pelos conflitos. Sobre essa questão, afirma:

O fato da conquista e ocupação da Capitania de 1633 a 1654 pelo *holandez que nada construiu; a sublevação posterior dessas tribos barbaras no decurso de dez anos, matando e destruindo a todas cousa viva na frase de um escritor, perturbou, é um facto. a prosperidade da Capitania e o seu maior desenvolvimento, sem levar e, linha de conta as secas, que se repetiam periodicamente, e que ainda hoje são conhecidos pelos seus efeitos calamitosos.* (LEMOS, 1907, n. 208, p. 2).

Como se vê, o cronista sintetizou os motivos que teriam “perturbado” “a prosperidade da Capitania e o seu maior desenvolvimento”: primeiro, a “ocupação holandesa” que “nada construiu”; segundo, a “sublevação dos índios” que foi destrutiva; terceiro, a seca. Nesse último motivo, fez referência aos seus efeitos que ainda naquele ano de 1907, possivelmente, tentando legitimar o não desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Esses elementos, postos para mostrar o que impedia o “progresso” da nação potiguar, foram pensados numa relação de causa e efeito. Tal concepção casualista da história foi reafirmada por Vicente de Lemos no discurso de 1912, no Instituto Histórico do Rio Grande do Norte (RIHGRN, 1921, p. 188).

Ademais, os últimos registros encontrados nas publicações de 1907 foram constituídos principalmente por transcrições de fontes que pareciam indicar o fim da

“sublevação dos índios”, pois, foi publicado o pedido para fundar o arraial no Assú, que serviria para proteger os colonos, mesmo que viesse “a entabolar pazes com vários gentios” (LEMOS, 1907, n. 238, p. 2). Nos números seguintes do jornal, a transcrição do bando aponta que havia sido atendida à mercê, e que os moradores dispersos passaram a ser reunidos. Há também referência a construção de um presídio esse último possuía um sentido um pouco diferente do atual, sendo entendido, no período colonial, como “gente de guaranição [...] para guardar, e defender do inimigo” (BLUTEAL, 1728, p.714; ALENCAR, 2017, p. 141).

Em tal momento de “reorganização” do Rio Grande, a figura de Bernardo Vieira de Melo na administração da capitania (LEMOS, 1907, n. 248, p. 2-3), não deixou de ser destacada por Lemos em nota, incluindo uma de suas ações como capitão-mor: a concessão da patente de cabo do presídio de Assú a Theodoro da Rocha. A referida patente foi a última publicação da coluna naquele ano. Ao que parece, a transcrição desse documento, mesmo sem uma nota explicativa, foi publicada para exaltar a figura de Rocha como um dos “heróis” que teriam lutado contra os “inimigos” dos colonos (LEMOS, 1907, n. 260, p. 2). Provavelmente, foi esse motivo da escolha desse documento como relevante para o cronista, uma vez que a rebelião findava com a vitória do colono, o qual conseguiu fundar o arraial, e “pacificar” a capitania.

Já no início de 1908, o cronista publicou três documentos de 1817 como pode-se perceber no Quadro 1, que remeteria ao final da “revolução”, e especificamente o segundo, a morte de André de Albuquerque (LEMOS, 1908, n. 26, p.1). Ao final do último documento o autor escreveu a seguinte nota:

O nome de um dos inconfidentes e o sobrenome de outros mencionados pela comissão d’Alçada na [data] que ultimamente publicamos [?] ‘*A Republica*, de 23 e 24 do corrente, estão em parte alterados, o que é facil de verificar cotejando se com os inscriptos na relação, ora publicada, do capitão-môr governador da Capitania, enviada ao capitão general e governador de Pernambuco.

Assim, lê-se na lista d’Alçada: *Padre João Damasceno Carvalho da Cunha*, em vez de Padre João Damasceno Xavier Carneiro, seu verdadeiro nome (LEMOS, 1908, n. 26, p. 1).

Logo, na nota o cronista faz uma análise crítica do documento e identificar uma alteração nos nomes dos sujeitos listados de 1817, e conclui sobre isso:

O modo precipitado e a perseguição com que se houve a Alçada nos julgamentos dos patriotas de 1817 motivaram os erros apontados, além de outros, que devemos corrigir por amor à verdade histórica (LEMOS, 1908, n. 26, p. 1).

Assim, Vicente de Lemos para além de transcrever e explicar o que considerava importante para a história potiguar colocou-se como no dever de “corrigir” os erros, até mesmo dos documentos. Tal postura estava em consonância com as ideias do IHGB (DETONI, 2021).

Desse modo, os documentos publicados em *Papéis Velhos* trataram de quatro momentos principais: a fundação da cidade de Natal, a invasão holandesa, a “Guerra dos Bárbaros” e a independência da capitania. Tais acontecimentos viam sendo reconhecidos como importantes tanto na história da grande pátria quanto na pequena pátria potiguar também pelo IHGRN, que os considerava relevantes para a historiografia do estado (COSTA, 2017).

Portanto, com a publicação dos *Papéis Velhos*, Vicente de Lemos foi criando/reforçando uma narrativa que era reconhecida pelos pares e que ganhava mais visibilidade na coluna do jornal *A Republica*, que não era lido apenas pelos estudiosos da história, ainda mais num momento crucial da questão territorial com o Ceará. Num período em que se almejava construir a identidade potiguar nos primeiros anos da República (PEIXOTO, 2010; COSTA, 2017).

2.2 OS PERSONAGENS HISTÓRICOS EM *PAPÉIS VELHOS*

Ao colorir o passado por meio das palavras, pintando os personagens e fatos na coluna *Papéis Velhos*, o cronista ia definindo um dos elementos que considerava importante para a história. Destacou os “grandes homens” e, por meio deles, acreditava contribuir para a vinculação dos indivíduos à pátria, mediante o sentimento pátrio (RIHGRN, 1921, p. 188). Tendo isso em vista, é basilar identificar como esses “heróis” foram construídos na sua narrativa, e como os “não heróis” foram caracterizados. Tal forma de ver a história estava presente no IHGRN, como “mestra da vida” (SANTOS, 2016, p. 396).

Para isso, é preciso perscrutar as palavras. Cada palavra, cada adjetivo não é escrito sem sentido ou sem interesse. Segundo Jorge Bondía, é por meio da palavra que “nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos.

E o modo como agimos em relação a tudo isso” (2002, p. 21). Assim, é necessário entender como Lemos foi criando/reforçando “heróis”, e como foi caracterizando os colonos, os povos originários e os holandeses. Pelo exposto até o momento, é perceptível que ao longo das notas o intelectual tratou de modo maniqueista a relação dos sujeitos históricos (na independência, na fundação da cidade e na chamada “Guerra dos Bárbaros), ou seja, como uma disputa “entre o Bem e o Mal” (LE GOFF, 1990, p. 340). Desse modo, para cada período, Vicente de Lemos colocou em notas, ou mesmo pela repetição da documentação, quem seria o oposto do “morador”, do colono, foco principal da história por ele narrada.

Ao tratar do processo de independência do Rio Grande, ao que parece o “outro”, o não norte-rio-grandense, seria as demais capitanias, em especial Pernambuco e Paraíba, das quais os camarários de Natal alegavam ter pouca assistência e queriam a autonomia da capitania (LEMOS, 1907, n. 143, p. 1; n. 152, 154, 163, p. 2). Se as diferenças entre o Rio Grande e Pernambuco não foram enfatizado pelo cronista, os “heróis” de 1817 foram os destaques para dar “cor” e “face” ao “desejo” de mudança da situação de subordinação da capitania potiguar, sendo José Inácio Borges pintado na narrativa de Lemos como o defensor da continuidade dessa independência. Tais discussões perpassam o IHGRN (COSTA, 2017).

Mesmo com o desfecho da revolução, seus feitos e qualidades eram para ser lembrados: o “talento” e “grande energia”. Outro nome que teve destaque como “patriota” e “mártir” da revolução, a saber: o de André de Albuquerque (LEMOS, 1907, n. 163, p. 2) que aparece relacionado ao “amor profundo auto sacrifício” pela pátria (ANDERSON, 2008; COSTA, 2017; DETONI, 2021). Foi justamente a partir desses exemplos que Vicente de Lemos acreditou ser capaz de tocar o leitor e ajudar a desenvolver o “amor pela pátria”. Porém, vale frisar que Albuquerque foi mais referenciado por Lemos como mártir no discurso de 1912 no IHGRN do que em *Papéis Velhos* (RIHGRN, 1921, p. 185-189).

Ademais, se André de Albuquerque aparece de modo “tímido” na coluna de 1907, outro Albuquerque que ganhará mais destaque na narrativa de Lemos: Jerônimo de Albuquerque, que aparece o “apaziguador dos povos indígenas”, o fundador da cidade de Natal e o participante da construção da Fortaleza dos Três Reis Magos (LEMOS, 1907, n. 170, p. 2-3).

Quase como o “mito fundador”, não era apenas exaltado por Vicente de Lemos, mas por outros de sua rede de sociabilidade, a exemplo de Manoel Dantas no seu texto de 1909 (OLIVEIRA, 2021, p. 115). e do próprio IHGRN, que ia construindo e legitimando os “heróis” do estado (COSTA, 2017). A repetição dos nomes dessas figuras, por parte do cronista, pode ser entendida como uma estratégia de criar, de cristalizar mitos por meio da repetição (GIRARDET, [s.d.], p. 11-12; COSTA, 2017), dentro da visão de passado que esse grupo queria legitimar (PEIXOTO, 2010).

Para além do processo de independência da capitania, outro acontecimento destacado na coluna de 1907 foi a “invasão holandesa”. Nesse período, novamente a dualidade de grupos históricos fazia-se presente na escrita do intelectual, o holandês e o colono. Os holandeses são vistos como “invasores”, os que cometiam “vandalismo”, destruindo a Igreja e prejudicando a colonização. Já os colonos são aqueles que resistiram “heroicamente” à invasão, os que tiveram a iniciativa de reconstruir a Igreja, os que foram verdadeiramente “patriotas” (LEMOS, 1907, n. 175 p. 2; n. 170, p. 2-3). Essa dualidade entre os dois personagens históricos estava, inclusive, bastante presente na historiografia da Primeira República (DETONI, 2021, p. 112-422).

Quanto Lemos trata do período posterior à invasão holandesa, a dualidade recaía sobre os povos originários, já que os holandeses são postos como “vândalos” por terem destruído a Igreja, mas ao serem colocados ao lado dos povos indígenas, passam a ser caracterizados somente como aqueles que “nada” construíram, enquanto os povos originários são retratados como aqueles que “destruíam”, “matavam” (LEMOS, n. 208, p. 2).

Tal mudança explica-se pela alteração da temática das publicações de *Papéis Velhos*, deslocada para o período de maior destaque da narrativa de Lemos, qual seja: a “Guerra dos Bárbaros”, por vezes chamada pelo cronista de “terrível sublevação dos índios” (LEMOS, n. 199, p. 2). Essa “guerra”, ou melhor, esses confrontos entre os povos originários e os colonos ocorreram em meados do XVII e início do século XVIII, sendo caracterizados pela historiografia atual como o período em que os colonos tentaram adentrar os sertões. Como resposta à invasão de territórios povoados pelos povos originários, houve longos confrontos, em diversas capitanias do Norte (ALENCAR, 2017). Mesmo sabendo que essa “guerra” ocorreu em mais de uma capitania (LEMOS, n. 248, p. 2-3), o foco de suas publicações foram os acontecimentos no Rio Grande. Logo,

a narrativa que produziu, por meio das notas acerca do episódio, foi contada pela ótica do colono. Ou seja, a “luta” teria sido dos “índios” “contra os moradores da Capitania”, sendo caracterizada pelo cronista como um “período doloroso” (LEMOS, n. 229, p. 2; 248, p. 2-3). Desse modo, o adversário do colono é o “índio”. Vicente de Lemos construiu sua retórica, justamente pensando nesse “maniqueísmo”.

A figura do colono ganha o sinônimo de morador, ao qual o cronista atribuiu os qualificativos de “bravura” e “tenacidade”, quando em confronto com os “índios” (LEMOS, n. 183, p. 2; n. 208, p. 2). Por outro lado, os povos originários foram representados nas notas como “inimigos”, “assassinos” que “destruíam” “todas cousas viva”, e que “agrediam os moradores” (LEMOS, n. 208, p. 2; n. 248, p. 2-3). Escreveu Vicente de Lemos sobre os colonos: “no [decurso] de sete anos, era **continua e [porfiada] a luta do gentio sublevado contra os pobres colonos**” (LEMOS, n. 217, p. 3. **Grifo meu**).

A utilização do termo “morador” servia para legitimar a posse de terra dos colonos. Isso porque as cartas de sesmarias que o autor procurou, em sua empreitada para a questão territorial (FERNANDES, 2016), frisavam geralmente o direito à terra por meio da posse efetiva da sesmaria, que incluía, dentre outras coisas, o cultivo de plantações (Cf.: ALVEAL, 2015).

Para Lemos, nesse período da história potiguar, não faltaram “heróis” que servissem de “exemplo” patriótico. Um desses nomes era Bernardo Vieira de Mello, considerado pelo cronista, como “grande patriota” (LEMOS, n. 248, p. 2-3); outro foi Affonso de Albuquerque Maranhão destacado por seus “actos de bravura e patriotismo” e, pela sua atuação na “guerra”, principalmente por ter prendido o cacique Canindé. Porém, ao falar de mais um Albuquerque, não deixou de fazer uma pequena genealogia, o que não fez com os demais “heróis” (LEMOS, 1907, n. 229, p. 2).

Segundo Vicente de Lemos, Affonso era da capitania da Paraíba, mas neto do “fundador do Rio Grande do Norte”, Jerônimo de Albuquerque (LEMOS, n. 229, p. 2). Ou seja, não era apenas um “vulto histórico” que serviria de exemplo pátrio dos tempos coloniais, mas também parte da família fundadora do estado. Interessante notar que, ao longo dos acontecimentos ressaltados por Lemos, ao menos um dos “heróis” pátrios eram da família Albuquerque. Assim, ia sendo construída a narrativa que legitimava a família que estava no poder em 1907, como a que fundou e lutou pelo Rio Grande do Norte. Tal

alusão também aparece nos textos produzidos no IHGRN, como também por obras anteriores, a exemplo dos escritos de Manoel Ferreira, que de modo semelhante também tratou da trajetória desses sujeitos (COSTA, 2017, p. 102-130). Vale frisar, que o objetivo aqui não é comparar a historiografia de Lemos, mas sim compreender a construção da narrativa desse autor na coluna *Papéis Velhos*.

Com efeito, ao publicar as fontes e as narrativas, o cronista ressaltava os “heróis” e tentava aproximar o “povo” do Rio Grande do Norte como o colono, o “bravo”, o “resistente”, o que buscava o desenvolvimento da capitania, incentivando a noção de sentimento de unidade e de patriotismo. O “outro”, era o holandês, o pernambucano, o “indígena” é o diferente, o que se opunha ao colono (DETONI, 2021, p. 20; 111-112; 422; COSTA, 2017). Assim, o autor imaginava o passado, atribuía sentido à pátria norte-rio-grandense e dotava de valor o estado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descortinar os *Papéis Velhos*, percebe-se que os objetivos do cronista, ao definir a história, eram exaltar o grupo dirigente, significar o espaço do estado, como também delimitar quem seriam os sujeitos da historiografia norte-rio-grandense. Entretanto, como se pode notar ao longo das publicações da coluna de 1907, a história narrada por Lemos não apenas trazia “heróis” e “exemplos” a ser seguidos, que estimulariam a afeição à pátria (RIHGRN, 1921, p. 185-189), mas também criava e reforçava estereótipos, principalmente relativos aos povos originários. Com efeito, os indígenas, mesmo sendo os donos legítimos das terras, passaram a ser perseguidos no período colonial, e foram em pelo menos em parte da historiografia do século XIX e início do século XX, assim como nos escritos de Lemos, visto como o “outro” (DETONI, 2021; COSTA, 2017). Na análise das publicações de *Papéis Velhos*, foi possível perceber que as temáticas e a concepção de história era a mesma que se produziu no IHGRN, (COSTA, 2017). Provavelmente, a publicação dos documentos teve o objetivo de propiciar seu acesso ao grupo de estudiosos, já que havia sido um pedido de “Dantas” (LEMOS, 1907, n. 142, p. 1), mas deve ter alcançado um público maior, ajudando a dar materialidade a um passado distante, dotando-o e contribuindo para reafirmação/construção da narrativa do grupo de intelectuais a que pertencia.

Em 1919, em seu necrológio, o provável autor do pedido da publicação da coluna afirmou:

Durante muitos anos elle manteve na secção <<Capital>> e na <<República>> uma curiosissima secção *Papeis Velhos*, onde vinha discutindo e elucidando varios episodios singulares de antanho, a qual despertou sempre da parte dos entendidos applauso e acolhimento” (RIHGRN, 1919, p. 333).

4 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio. **Para que enfim se colonizem estes sertões**: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, dez. 2015, v. 28, n. 56, p. 247-263.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottoman.- São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A REPÚBLICA. Natal, 1907, 1908.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean- Pierre e amp; Sirinelli Jean-François (Orgs.). **Por uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. de 2002.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2016.

CASCUDO, Luís C. **A vida de Pedro Velho**. Coleção Câmara Cascudo: Biografias. Natal: EDUFRN, 2008.

CERTEAU, Michel de. A produção Historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense”**: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927).2017. 589 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, Porto Alegre, 2017.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **“Pacifica scientiae occupatio”**: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. 587 f. Tese (Doutorado)-

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo.
Departamento de História, São Paulo, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-2019, nov. de 2012.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (In)maginável elefante mal-ajambrado**: A retomada a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

GIRARDET, Raoul. Introdução. In: _____. **Mitos e mitologias políticas**. [s.l.]: Companhia das Letras, [s. d.].

LAZZARRI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). 2004. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2004.

LE GOFF, Jacques. Escatologias não-judaico-cristãs. In: _____. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. 3. ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MACEDO, Muirakytan. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal/Campina Grande: EDUFRN; EDUFPB, 2012.

MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: I Encontro Regional da Anpuh-RN.1.2004. Natal. **Anais do I Encontro Regional da Anpuh-RN**. Natal: Edufrn, 2006.

MENEZES, KARLA. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História**, Natal, v. ¾, n. 2/1. p. 41-57, jul./ dez. 1996; jan./jun. 1997.

MICELI, Sérgio. Introdução. In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Gabriel Barreto da Silveira. **O intelectual e a cidade imaginada**: Manoel Dantas e a Construção de uma Natal do Futuro (1900-1923). 2021 f. 151 . Dissertação (mestrado) - Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional** 15 (1): 169-193, verão, 2010.

PRESÍDIO. In: BLUTEAL, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. Vol. 6. 1728, p.714. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/presidio>>. Acesso em 24 mar. 2021.

RIHGRN. Natal, RN: Atelier Typ. M. Victorino A. Camara & C. v. XVIII-XIX. n. 1-2. 1920-1921.

_____. Natal, RN: Athelier Typ. M. Victorino A. Camara & C. v. XVII[?], n. 1-2. [1919], 1920.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Homens que não se desinteressam pelas coisas do espírito”: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a invenção do passado potiguar (1902). **Anais eletrônicos do IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidade**, 2016, p. 391-403.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In: _____. **O espetáculo das raças**. 1993, p. 120-124

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **“Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”**: a vida intelectual natalense (1889-1930). Natal, 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUSA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1890-1930**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013. (Refere-se às páginas do PDF).

VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). **Anais do Museu Paulista, SP.**, Nova Série, vol. 27, 2019.

Recebido em: 04 de outubro de 2024

Aprovado em: 18 de novembro de 2024